

# Correções dependem da dívida externa

**Brasília** — Enquanto o Brasil não conseguir avanços com a comunidade financeira internacional no reescalonamento da dívida de 105 bilhões de dólares, não serão efetuadas correções de rumo no Plano Cruzado. O prazo para o acerto da dívida é curto, vai até o final de dezembro, garantiram dois importantes assessores da área econômica, um com assento no Palácio do Planalto e outro ligado diretamente ao Ministro do Planejamento, João Sayad.

Sem acerto externo, disse um deles, fica difícil saber se o presidente Sarney terá condições de manter o seu projeto de crescimento da economia e de afastamento definitivo da recessão. Enquanto o acordo com os credores não vem, várias e nervosas simulações sobre como evitar uma descaracterização do programa de estabilização econômica são realizadas no Banco Central e nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

## Demanda e investimentos

O setor industrial privado tem sinalizado para o governo a enorme distância existente entre a oferta e a demanda por bens de consumo como eletrodomésticos (geladeiras, televisores, entre outros), de 30%. Os mais ortodoxos — lotados no Banco Central — pensam numa

solução simples e eficaz: a elevação do Imposto de Renda na fonte para pessoas físicas, a classe média em particular. O presidente Sarney ainda não se convenceu da necessidade de tão amargo remédio, não a quer e pede outras soluções.

E uma outra seria promover o chamado descongelamento seletivo dos preços. Neste caso, os reajustes implicariam a elevação dos preços de um conjunto de produtos cuja escassez interna já se tornou corriqueira: carne bovina, leite, trigo (ainda encontrado nas prateleiras), pão, massas em geral e algumas tarifas de serviços públicos.

A decisão de descongelar, contudo, é política e esbarra nos objetivos de médio e longo prazos do presidente Sarney. Um descongelamento de preços, mesmo não generalizado e específico, poderia trazer consigo uma pressão inflacionária da ordem de 20% ou 30%, dependendo do leque de produtos envolvidos. Se a gasolina, por exemplo, for incluída numa eventual elevação de preços, certamente a inflação adicional pode superar a casa dos 30%. É um nível alto para um governo como o da Aliança Democrática, lembra um assessor de Sarney.

Uma outra corrente dentro do governo, com

fortes adeptos dentro da Seplan, pensa que o Executivo deveria criar os mecanismos capazes de promover a retomada dos investimentos privados nacionais e estrangeiros. Recentemente estudo do BNDES mostra que a capacidade instalada da indústria está sendo utilizada em níveis máximos de até 90%, mostrando assim a necessidade urgente de expansão do parque produtivo nacional. Para que isso aconteça, no entanto, o governo vai ter de mexer nas taxas de juros, tidas como excessivamente elevadas pelos empresários e inibidoras de novas aplicações produtivas.

## Questão externa

A indecisão quanto ao início do processo de descongelamento, inclusive a data, se em dezembro deste ano ou março de 1987, e o veto presidencial ao aumento do Imposto de Renda como instrumento de contenção da demanda, levam novamente à questão da dívida externa. Sem uma limitação das transferências de recursos ao exterior — conforme defende o assessor do ministro Dilson Funaro, Paulo Nogueira Batista — existe a necessidade urgente de ser fixado um limite para as transferências ao exterior, de modo que a balança comercial possa conviver com um superávit comercial menor,

algo próximo a 10 bilhões de dólares, e não os 12 bilhões de dólares atuais, uma herança do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outra questão em estudos refere-se à extinção do gatilho salarial sempre que a inflação atingir 20%. Tal mecanismo, incluído no decreto-lei que instituiu o Plano Cruzado por intermédio direta do ministro do Trabalho e parte da liderança do PMDB, tem sido colocado pelos autores do programa como uma séria ameaça à estabilidade da economia. O fato agravou-se, ainda mais porque a taxa mensal de inflação saiu da faixa 0,5%/1% para 1,5%/2%, de acordo com o IBGE, e pode fazer com que antes de março de 1987 os salários tenham que ser reajustados automaticamente.

O fim do "gatilho" salarial, contudo, implica penosa decisão política no Palácio do Planalto, ainda mais quando o PMDB tende a ter uma força predominante após as eleições de 15 de novembro, lembram credenciados assessores do presidente Sarney. Se não mudar o gatilho salarial, o governo vai acabar alterando a fórmula de cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que hoje mede a variação de preços das famílias cujos rendimentos vão até 30 salários mínimos (Cz\$ 24 mil 120).